

FACULDADE LABORO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

LUCIENE BEZERRA AZEVEDO

**OS DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO PEI PARA A APRENDIZAGEM DOS
ESTUDANTES COM TEA NO ENSINO FUNDAMENTAL EM UMA ESCOLA
MUNICIPAL DE SÃO LUÍS/MARANHÃO**

São Luís
2023

LUCIENE BEZERRA AZEVEDO

**OS DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO PEI PARA A APRENDIZAGEM DOS
ESTUDANTES COM TEA NO ENSINO FUNDAMENTAL EM UMA ESCOLA
MUNICIPAL DE SÃO LUÍS/MARANHÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Licenciatura em Pedagogia, da Faculdade
Laboro, para obtenção do título de Pedagoga.

Orientadora: Prof.^a Ma. Wendla Mendes Silva Borges

São Luís
2023

Azevedo, Luciene Bezerra

Os desafios da implementação do PEI para a aprendizagem dos estudantes com TEA no ensino fundamental em uma escola municipal de São Luís/Maranhão. / Marlene de Jesus Mendes Araújo. - São Luís, 2023.

31 f.

Orientador (a): Profa. Ma. Wendla Mendes Silva Borges.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Faculdade Laboro, São Luís, 2023.

1. Transtorno do espectro autista - TEA. 2. Plano educacional individualizado - PEI. 3. Pedagogia. I. Título.

CDU 376:616.89

Elaborada por Arielle Priscila Silva Soares – CRB-13/811

LUCIENE BEZERRA AZEVEDO

**OS DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO PEI PARA A APRENDIZAGEM DOS
ESTUDANTES COM TEA NO ENSINO FUNDAMENTAL EM UMA ESCOLA
MUNICIPAL DE SÃO LUÍS/MARANHÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Licenciatura em Pedagogia, da Faculdade
Laboro, para obtenção do título de Pedagoga.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Ma. Wendla Mendes Silva Borges
Faculdade Laboro

Examinador 1

Examinador 2

OS DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO PEI PARA A APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES COM TEA NO ENSINO FUNDAMENTAL EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS/MARANHÃO

LUCIENE BEZERRA AZEVEDO¹

RESUMO

Em vista da ampla discussão a respeito da inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino regular e do Plano Educacional Individualizado – PEI como instrumento legal e pedagógico que contribui para a inclusão desse alunado, questionou-se quais são os desafios que fazem parte da implementação do PEI para a aprendizagem dos estudantes com TEA no ensino fundamental em uma escola municipal de São Luís, Maranhão? Para tal, desenvolveu-se uma pesquisa de campo com abordagem qualitativa (GIL, 2022), com participação de cinco professoras atuantes do 6º ao 9º do ensino fundamental. Os objetivos deste estudo se concentram, de forma geral, em identificar as principais dificuldades enfrentadas na aplicação do PEI no processo ensino-aprendizagem de alunos com TEA; de forma específica, conceituar o que é o PEI; coletar as percepções das professoras para apresentar estratégias que aprimorem a aprendizagem dos alunos com TEA no ensino regular. Dessa forma, concluiu-se que urge a necessidade de apoio da gestão escolar e da família dos alunos, formação continuada e interesse dos professores para tal, recursos e a presença de profissionais especializados em sala de aula junto ao professor, como o tutor.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista (TEA). Plano Educacional Individualizado – PEI. Desafios no Processo Ensino-Aprendizagem.

ABSTRACT

In view of the extensive discussion regarding the inclusion of students with Autism Spectrum Disorder (ASD) in general education and Individualized Educational Plan – IEP as a legal and pedagogical instrument contributing to the inclusion of these students, the question arose about the challenges involved in the implementation of the IEP for the learning of students with ASD in elementary education in a municipal school in São Luís, Maranhão. For this purpose, a field research was conducted with a descriptive qualitative approach (GIL, 2022), with the participation of five teachers working from the 6th to the 9th of elementary school. The objectives of this study focus, in general, on identifying the main difficulties faced in the implementation of the IEP in the teaching-learning process of students with ASD; specifically, to conceptualize what the IEP is; to gather the teachers' perceptions to present strategies that enhance the learning of students with ASD in general education. Thus, it was concluded that there is a need for support from school management and the students' families, ongoing training and teachers' interest, resources, and the presence of specialized professionals in the classroom alongside the teacher, such as the tutor.

Keywords: Autism Spectrum Disorder (ASD). Individualized Educational Plan - IEP. Challenges in the Teaching-Learning Process.

¹ Licenciatura em Pedagogia - Faculdade Laboro, ano de conclusão 2023.

1 INTRODUÇÃO

No cenário atual do Brasil, cuja prevalência é de quase seis milhões de brasileiros vivendo no espectro autista (JORNALISTA INCLUSIVO, 2023), amplamente tem sido discutido a inclusão do aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino regular, ou seja, em salas de aula cujos estudantes matriculados são tanto neurotípicos² quanto neurodivergentes³.

Essas discussões abrangem as notórias dificuldades que o discente com TEA enfrenta nas mais diversas áreas do desenvolvimento, tais como: sensorial, comportamento estereotipado motor ou verbal, na comunicação e na interação social, sendo estas últimas as mais acentuadas. Essas dificuldades podem se manifestar logo no início da fase escolar, prejudicando a adaptação e o processo de aprendizagem do aprendiz com TEA (BARBOSA; CARVALHO, 2019; SANTOS, 2022).

Nesse contexto, compreende-se que a inclusão desse estudante ainda apresenta muitos desafios a serem superados. No entanto, uma ferramenta importante que pode contribuir nesse processo de inclusão escolar e aprendizagem, é o Plano Educacional Individualizado – PEI, um instrumento pedagógico que reúne os esforços do educador junto a uma equipe escolar e, se possível, extraescolar, em virtude do desenvolvimento exitoso do estudante com TEA (FIGUEIREDO, 2020).

Contudo, sua construção e implementação enfrentam desafios que precisam ser identificados e superados, por isso, surge a necessidade de analisar as pesquisas já produzidas e compreender a realidade sobre a temática em questão. A fim de aprofundar essa análise, além do levantamento bibliográfico, é necessário também envolver-se com a pesquisa empírica, tendo em vista a realidade singular de cada contexto educacional.

E nesse contexto de lutas constantes para a inclusão educacional do aluno com TEA, a experiência pessoal desta pesquisadora como mãe de uma criança com TEA, tornou-se a força propulsora para a realização deste estudo. Por todos os anos de

² Termo usado para descrever indivíduos com desenvolvimento ou funcionamento neurológico típico (ALMEIDA, 2021).

³ Refere-se a uma categoria maior de pessoas com diferenças neurológicas variáveis, incluindo pessoas com TEA (ALMEIDA, 2021).

lutas legais para conquistar o acesso, o desenvolvimento e a saída exitosa da escola, mediante uma educação de qualidade que atenda as especificidades do TEA, o anseio de contribuir para as mudanças necessárias se transformou no esforço em conquistar autoridade científica para atuar como pesquisadora e educadora.

Dessa forma, equilibrando a função de ser mãe de uma linda criança que vive no espectro autista, de ser discente do curso de Pedagogia e de vivenciar os desafios como estagiária para obter os créditos obrigatórios do curso em questão, e, por isso, presenciando as barreiras em salas de aula que dificultam o aprendizado desses alunos, tanto como estagiária quanto como mãe de um aluno com TEA, esta pesquisa é apresentada com o intuito de contribuir cientificamente, socialmente e pessoalmente para o desenvolvimento exitoso do aluno com TEA no ensino regular.

Para tal, encontrou-se apoio na legislação que respalda a inclusão e a proteção dos direitos desse público específico, como a Lei nº 12.764 (BRASIL, 2012) e o Decreto nº 8.368 (BRASIL, 2014), e, além disso, estimulam a produção científica sobre o TEA no País. Assim, o questionamento propulsor desta pesquisa indaga quais são os desafios que fazem parte da implementação do PEI para a aprendizagem dos estudantes com TEA no ensino fundamental em uma escola municipal de São Luís, Maranhão?

Sendo o objetivo geral deste estudo: identificar as principais dificuldades enfrentadas na aplicação do PEI no processo ensino-aprendizagem de alunos com TEA do ensino fundamental de uma escola da capital maranhense. E, de forma específica, objetivou-se: conceituar o PEI; descrever os principais desafios na sua aplicação; e coletar as percepções dos profissionais que devem construí-lo e aplicá-lo diariamente em suas salas de aula, os professores. Assim, mediante análise dessas percepções, apresentar estratégias que aprimorem a aprendizagem dos alunos com TEA no ensino regular.

Para tal, realizou-se uma pesquisa de campo com abordagem qualitativa (GIL, 2022) em uma escola pública da capital maranhense, que oferece o ensino fundamental, do 6º ao 9º ano. Por meio da autorização da Diretora Adjunta da instituição, colaboraram com este estudo, cinco professoras atuantes nos anos finais do ensino fundamental, com experiência com esse alunado.

A pesquisa então está disposta em seções sequenciadas que apresentam a metodologia do estudo, o levantamento do material bibliográfico nas áreas de estudo *Transtorno do Espectro Autista (TEA)*, *Implementação do PEI* e *Desafios do Processo de Ensino-Aprendizagem*. Posteriormente, apresentam-se os resultados e a discussão dos dados, e, por fim, as considerações finais.

Neste estudo, compreende-se a necessidade do educador ser capaz de reinventar-se diariamente para que sua prática pedagógica seja eficaz diante da heterogeneidade presente em sua sala de aula. Mas para tal, urge a necessidade de apoio da gestão escolar e da família de seus alunos, formação continuada, interesse próprio, recursos e a presença de profissionais especializados em sala de aula junto ao professor, como o tutor.

2 METODOLOGIA

A partir do questionamento sobre quais os desafios na implementação do PEI para a aprendizagem dos estudantes com TEA no ensino fundamental em uma escola municipal da capital maranhense, desenvolveu-se uma pesquisa de campo com abordagem qualitativa em vista de alcançar o objetivo geral proposto neste estudo: identificar as principais dificuldades enfrentadas na aplicação do PEI no processo ensino-aprendizagem dos estudantes com TEA no ensino fundamental em uma escola municipal da capital maranhense.

Assim, a etapa inicial desta pesquisa incluiu um levantamento bibliográfico realizado em algumas bases de dados (SciELO, Google Acadêmico e Capes), em busca de material científico que contemplasse as categorias das áreas deste estudo: Transtorno do Espectro Autista (TEA); implementação do Plano Educacional Individualizado – PEI; e desafios do processo de ensino-aprendizagem, visando a construção de um embasamento teórico sólido para a pesquisa empírica (GIL, 2022).

Dessa forma, baseando-se na compreensão teórica das áreas de estudo mencionadas, foi realizada uma pesquisa de campo para investigar como o PEI é utilizado por professores de uma escola da capital maranhense a fim de compreender esse Plano como instrumento de desenvolvimento educacional do estudante com TEA;

descrever os principais desafios na sua implementação na educação individualizada no ensino regular; e identificar os pontos positivos e desafios nesse contexto educacional mediante a percepção dos professores participantes desta pesquisa.

É dado relevante, a dificuldade em conseguir acesso às escolas públicas da cidade para realizar o levantamento dos dados, pois em visita a quatro escolas públicas, o acesso somente poderia ocorrer com a autorização da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, que, por sua vez, precisaria formular um pedido ao seu setor de estágio, processo que demandaria um tempo maior que o programado para o desenvolvimento e conclusão desta pesquisa. Outro aspecto importante, foi o perceptível receio dos profissionais de duas das escolas visitadas ao compreenderem a temática da pesquisa.

Em meio a esse contexto, em contato com uma Diretora Adjunta de uma escola pública da capital, ao mencionar a dificuldade em encontrar o lócus para a pesquisa, foi possível, a partir dessa profissional, desenvolver este estudo em uma escola pública localizada na área urbana da capital maranhense, em um bairro periférico, que oferece o ensino fundamental e também a modalidade Educação de Jovens e Adultos – EJA e Educação Especial.

A escola registra cerca de 1.223 matrículas, destas 37 são na Educação Especial. Tem uma taxa de aprovação de 91,7% nos anos iniciais e 89,7% nos anos finais; a respeito de atrasos nos anos letivos, a escola apresenta 39% de atraso, ou seja, a cada cem crianças, 39 estão com atraso de dois anos ou mais. Em sua maioria, os estudantes alegaram ser de cor parda. Segundo os registros, dos alunos do 9º ano, 54% responderam que ao terminar o ensino fundamental pretendem continuar estudando e começar a trabalhar.

Nessa escola, mediante a Diretora Adjunta, estabeleceu-se no dia 30 de agosto de 2023, contato com cinco professoras do ensino fundamental, atuantes do 6º ao 9º ano. Para tal, foi assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO A) pela profissional e pela pesquisadora, documento que apresenta a pesquisa e os seus objetivos, os dados de identificação da pesquisadora e sua orientadora, e garante a preservação da identidade da escola e dos participantes, assegurando assim a Ética da pesquisa, segundo a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Dessa forma, a pesquisa em campo adotou uma abordagem qualitativa. Segundo Gil (2022), esse tipo de pesquisa tem o objetivo de obter os dados diretamente do ambiente onde ocorrem os fenômenos que se busca estudar, aproximando de forma mais íntima a teoria e a realidade. Esse método é fundamental para obter dados empíricos e validar as hipóteses geradas pelo questionamento propulsor da pesquisa, pois também possibilita a compreensão dos aspectos que não são observados na análise documental e bibliográfica.

Nesse sentido, Gil (2022) ainda destaca a abordagem qualitativa, pois busca interpretar ou compreender os fenômenos pesquisados segundo a perspectiva das pessoas que participam deles, o que permitirá uma compreensão mais aprofundada da aplicação do PEI na aprendizagem de alunos com TEA.

Assim, para coletar os dados em campo, foi elaborado um questionário com duas seções: na primeira, apresentou-se os termos e condições para a participação na pesquisa, na qual os participantes precisaram marcar a opção “aceito”; e na segunda seção, uma apresentação da pesquisadora, do tema, objetivos e a finalidade da pesquisa, além da ratificação do compromisso ético em resguardar a identidade dos participantes (APÊNDICE A).

Ademais disso, buscou-se construir o perfil dos professores participantes através das indicações: sexo, idade, formação, área de atuação e quantos anos de prática pedagógica em sala de aula possuem. Após essas especificações, os participantes responderam a oito questionamentos com respostas obrigatórias, de múltipla escolha e dissertativas (APÊNDICE A).

As perguntas elaboradas abrangem as três áreas de estudo desta pesquisa, tais como a compreensão do que é o TEA e o PEI; a experiência com estudantes diagnosticados com TEA no ensino regular; formação continuada sobre o TEA; que metodologias podem ser usadas com esse alunado; quem constrói o PEI na instituição em que trabalha o participante; quais as dificuldades relacionadas a construção e efetivação do PEI no ensino regular e como superar os desafios no processo ensino-aprendizagem de estudantes com TEA (APÊNDICE A).

É importante destacar que os professores foram selecionados pela Diretora Adjunta, mediante o critério de ser do ensino fundamental de uma escola pública da

capital maranhense e atuar na sala de aula regular com aluno(s) diagnosticado(s) com TEA. Na aplicação do questionário, a Diretora foi o intercâmbio entre a pesquisadora e os participantes, sendo o questionário enviado via e-mail e WhatsApp para cada professor participante.

Após a aplicação dos questionários, os dados coletados possibilitaram a análise estatística descritiva qualitativa. Para Gil (2022), a análise qualitativa é predominante em estudos de campo, podendo ser definida a partir da sequência de atividades: *categorização dos dados*, *interpretação* e *redação do relatório*. Tais etapas foram dissertadas na seção resultados e discussão.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo a Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, a Educação é dever da família e do Estado e deve ser inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana cujo objetivo é “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1996).

Como dever do Estado e da família, a Lei 9.394/1996 estabelece que o ensino deve ser ministrado com base na igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola; com pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; garantia de padrão de qualidade e que haja vínculo entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Nesse contexto legal, compreende-se que a Educação tem por objetivo o desenvolvimento completo da pessoa, com a finalidade de prepará-la para ser um cidadão consciente de seus direitos e deveres, exercendo com dignidade a sua cidadania, e também que seja qualificada para o exercício de uma atividade profissional.

A fim de alcançar toda a diversidade dentro da sala de aula, também é expresso nessa Lei, a Educação Especial como modalidade de educação escolar, oferecida de forma preferencial na rede regular de ensino para os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou

superdotação, assegurando a estes recursos educativos e organização essenciais (currículo, métodos, técnicas) para atender as necessidades educacionais específicas desse alunado.

Assim, compreende-se por necessidades educacionais específicas “as dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento, que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares”, podendo ser agrupadas em: dificuldades que não são de causa orgânica específica e as relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências (BRASIL, 2001).

Por isso, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) também tem como objetivo orientar os sistemas de ensino a promover respostas adequadas às necessidades educacionais específicas, garantindo a esse alunado o Atendimento Educacional Especializado (AEE), a continuidade da escolarização nos níveis mais avançados, formação para o AEE de professores e demais profissionais da educação para a inclusão escolar, acessibilidade, participação da família e comunidade, e implementação de políticas públicas.

Dessa forma, os documentos legais dispostos explicitam a urgência e necessidade de um ambiente educacional adequado para receber a diversidade de alunos que compõe a sociedade brasileira, e, ainda mais, de professores preparados e capacitados para exercer com autonomia de conhecimento a desafiadora tarefa da construção do saber dentro de sua própria sala de aula, atendendo efetivamente as necessidades educacionais específicas desses estudantes.

Analisa-se que as leis citadas não disponibilizam de forma explícita - como ferramenta de inclusão - o *Plano Educacional Individualizado - PEI* (BARBOSA; CARVALHO, 2019; SANTOS, 2022). Essa disposição é encontrada a partir da proposta do Projeto de Lei nº 5.093 de 2020 (FIGUEIREDO, 2020), que dispõe sobre o sistema educacional inclusivo, prevê a inclusão de educandos com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação para abranger o aprendizado ao longo da vida, assegurando as adaptações necessárias de atendimento as necessidades específicas individuais.

Segundo o 5º Artigo da Lei 5.093/2020, o Plano de Ensino Individualizado - PEI é:

[...] o instrumento de planejamento individualizado, destinado a cada educando com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação, elaborado anualmente, em que constarão todos os esforços pedagógicos mobilizados para a aprendizagem do estudante (FIGUEIREDO, 2020, p. 4).

E deverá ser composto por: identificação e avaliação do aluno; as habilidades-alvo a serem desenvolvidas; programas de ensino para cada objetivo estabelecido; recursos de acessibilidade utilizados para a execução desses programas; protocolo de conduta individualizado; e diretrizes para adaptação de atividades e de avaliações.

Mediante a proposição, compreende-se que o PEI é um instrumento legal e também uma ação pedagógica que viabiliza o planejamento de ações específicas para determinado estudante. Ou seja, é a ação de “personalizar” os processos de ensino a partir das estratégias necessárias para que o aluno aprenda, desenvolva e consiga conquistar níveis educacionais mais elevados, para enfim, adentrar ao mercado de trabalho de forma exitosa.

Barbosa e Carvalho (2019) defendem que o PEI é a individualização do ensino com o objetivo de incluir um público específico, oferecendo as mesmas oportunidades de aprendizagem dos demais estudantes, contudo, com adequações que respeitem e atendam as limitações, necessidades específicas educacionais e as diferenças de natureza neurológica, comportamental, cognitiva e sensorial, originadas das especificidades do desenvolvimento desse público em questão.

Assim, as autoras pontuam que individualizar nesse contexto, não é segregar um aluno em sala de aula, visto o objetivo da aplicação do PEI. Em outras palavras, a individualização ocorre com a finalidade da inclusão. Por isso, o PEI deve ser elaborado tendo em vista o conhecimento do aluno e do seu contexto educacional e territorial.

Outro fator relevante é revisar e reformular o PEI quantas vezes os professores e demais integrantes da equipe pedagógica julgarem necessário, a fim de que se torne de fato efetivo em sua aplicação diária, sem perder o foco do projeto político pedagógico da escola. Por essa razão, Santos (2022) defende a necessidade de um olhar atento ao estudante, pois, não é possibilidade aceitável no contexto

educacional atual, apenas uma forma padronizada de aprender, ensinar e avaliar a progressão do aluno.

Tal constatação se torna ainda mais premente quando se pensa em para quem o PEI é necessário: estudantes que em razão de sua condição de pessoa com deficiência ou com algum transtorno funcional específico, não conseguem responder de forma satisfatória ao currículo padrão da escola. Ou seja, quando todas as tentativas pedagógicas são insuficientes para o desenvolvimento e a saída exitosa desse aluno da escola (BRASIL, 1996; BARBOSA; CARVALHO, 2019).

Nesse pressuposto, percebe-se o quanto é desafiador favorecer o desenvolvimento desse público-alvo mediante a construção e aplicação do PEI. Por isso, aponta-se que os diversos profissionais da escola, profissionais extraescolares, família e o próprio estudante devem ser os colaboradores e responsáveis pelo êxito do trabalho individualizado.

Nesse ponto, destaca-se a importância do professor compreender os princípios básicos da inclusão, que devem ser aprimorados com a formação continuada, com o incentivo da própria escola mediante ofertas de acesso a capacitações e planejamentos pedagógicos, troca de experiências e diálogos que direcionem o corpo docente a aproximar-se da diversidade do público-alvo da educação especial e suas necessidades específicas educacionais.

Para Santos (2022), em relação a elaboração do PEI, a formação continuada necessita de dialogicidade e colaboratividade, pois, como mencionado anteriormente, o PEI é um documento elaborado por um grupo de profissionais que precisam ter conhecimentos teóricos sobre inclusão, métodos pedagógicos, legislações e conhecimento prático da realidade desse alunado, a fim de que o professor seja impulsionado a se desconstruir, reinventar-se e ressignificar suas formas de ensinar.

E nesse contexto educacional de diversidade social, entre os alunos que são considerados público-alvo do plano educacional especializado, encontra-se os estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), público-alvo desta pesquisa. Costa e Schimidt (2019), em seu estudo, comprovam que o PEI favorece os alunos com TEA de forma especial, pois é um instrumento com grande potencial adaptativo que consegue alcançar a diversidade do perfil de aprendizagem desses estudantes.

Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtorno, DSM-5 (2014), as características essenciais do TEA são prejuízo persistente na comunicação social recíproca e na interação social, e padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. Esses traços comportamentais estão presentes desde o início da infância e limitam ou prejudicam o funcionamento diário da pessoa. Por isso, a pessoa com TEA é considerada pessoa com deficiência para todos os efeitos legais (BRASIL, 2012).

Nesse sentido, vale destacar que atualmente o TEA engloba os transtornos antes chamados de autismo infantil precoce, autismo infantil, autismo de Kanner, autismo de alto funcionamento, autismo atípico, transtorno global do desenvolvimento sem outra especificação, transtorno desintegrativo da infância e transtorno de Asperger. Da mesma maneira, ratifica-se a extinção do termo *Transtorno Global do Desenvolvimento -TGD* a partir do DSM-5 (2014).

Assim, pode-se compreender o TEA como uma condição geral de um grupo de desordens complexas do cérebro em desenvolvimento, caracterizada por três comportamentos principais: dificuldade na comunicação social, em relacionamentos; comportamentos repetitivos e interesses específicos. O grau de intensidade desses distúrbios, em cada pessoa, é diferente e são manifestos desde o nascimento ou ao longo dos anos (DSM-5, 2014).

Dessa forma, os comportamentos específicos do TEA variam de acordo com o desenvolvimento cognitivo, alguns são associados a deficiência intelectual grave, sem o desenvolvimento da linguagem (não-verbais), outros com padrões simples de comportamento repetitivo, com desenvolvimento da linguagem sem atrasos, com facilidade na interação social e sem movimentos repetitivos tão evidentes (SILVA, 2019).

Silva (2012) explica que a pessoa com TEA entende o mundo a partir de pedaços ou partes, ou seja, sua visão é fragmentada, por isso, há uma busca incessante por organização dessas partes em um todo, o apego a rotina e a previsibilidade. É a forma que ela tenta entender o mundo que a cerca e fazer parte dele.

Nesse contexto, Costa e Schimidt (2019) apontam o PEI como o instrumento educativo capaz de minimizar as barreiras educacionais no processo ensino-aprendizagem do aluno com TEA, pois seus objetivos são integradores e alinham as observações comportamentais, a interação social e a comunicação desse aluno, relacionando ao projeto político pedagógico da instituição.

Essas observações articuladas ao projeto político pedagógico da escola, objetivos e metas, formas de avaliação e demais eixos, tornam-se o instrumento educacional que estimula buscar e desenvolver as concepções positivas no aluno, na equipe pedagógica e na própria família, visto que todos estão unidos em um mesmo propósito: avaliar o desenvolvimento educacional do aluno de forma coerente as suas especificidades, que, geralmente, não são consideradas nem respeitadas no contexto regular de ensino. Assim, não apenas o acesso, mas o desenvolvimento, a permanência e a saída exitosa são garantidas ao longo do processo ensino-aprendizagem.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Gil (2022), a redação do relatório dos resultados obtidos na pesquisa de campo, deve atender a requisitos como clareza, concisão, precisão e objetividade. O pesquisador não pode perder o foco da descrição da população e do fenômeno pesquisados em vista de reconhecer os fatores que influenciam na ocorrência destes.

Assim, ao categorizar os dados coletados (APÊNDICE A), no que diz respeito precisamente ao perfil dos participantes desta pesquisa, conseguiu-se entrevistar cinco professoras de uma escola municipal da cidade de São Luís, Maranhão. As participantes desta pesquisa são identificadas como P1, P2, P3, P4 e P5, tendo em vista o compromisso ético em resguardar as suas identidades.

As cinco participantes afirmaram ser do sexo feminino, destas, três possuem idade entre 26 e 32 anos, e duas, acima de 41 anos; duas formadas em Pedagogia, duas em Letras e uma respondeu Magistério. Das participantes, quatro declararam atuar como professora do ensino regular e uma, como professora do AEE. Sobre o

tempo de serviço, três declararam que são professoras há mais de dez anos e duas, com menos de dez anos. Acerca de ter outra formação, três professoras responderam que sim, mas não especificaram qual formação; e duas responderam que não.

A partir desses dados, inicia-se esta discussão afirmando que este grupo de participantes é heterogêneo, pois é composto por profissionais da educação que ao longo de sua trajetória pedagógica têm acompanhado as mudanças no contexto educacional, desde a perspectiva da segregação a inclusão escolar, tendo em vista que a maioria das professoras atua há mais de dez anos na sala de aula regular.

Ao ser questionadas sobre conhecer o Transtorno do Espectro Autista – (TEA), todas as cinco participantes responderam que conhecem. De igual forma, a respeito de ter experiência com alunos com TEA na sala de aula regular, quatro responderam que sim e uma pontuou que a experiência está ocorrendo este ano.

Dado relevante para esta pesquisa, pois o conhecimento sobre o público-alvo da Educação Especial é fundamental para que a inclusão seja realidade na sala de aula regular. Como fator positivo, pode-se destacar que todas conhecem o Transtorno do Espectro Autista (TEA), sendo validado pela experiência em sala de aula regular, ainda que uma professora tenha revelado que este é o primeiro ano de experiência em sala de aula com alunos com TEA.

Em terceiro lugar, questionou-se se as professoras receberam ou recebem possibilidades, por meio da Gestão e Secretaria da Educação, de formação continuada no segmento de Transtornos da Aprendizagem. Três professoras responderam que não; uma respondeu que não, mas gostaria de ter essa oportunidade; e uma respondeu que sim, mas não sinalizou qual a formação continuada.

Ressalta-se que a maioria das professoras, não possui formação continuada, gerando a hipótese do conhecimento sobre TEA ser construído mediante a experiência, sem preparo algum, com esses alunos em sala de aula regular. Sobre isso, explicita-se que é assegurado mediante a legislação nacional, a preparação dos professores, por meio da formação continuada, para receber com efetividade alunos com TEA, garantindo assim a inclusão escolar (BRASIL, 2008; 2012). Contudo, os dados evidenciam que a formação continuada ainda que seja garantia legal, não é uma prática real na escola em que esta pesquisa foi desenvolvida.

Em quarto lugar, foi questionado sobre quais instrumentos e metodologias podem ser desenvolvidos para incluir os estudantes com TEA nas atividades propostas dos livros didáticos trabalhados em sala de aula. Sobre isso, apresenta-se as respostas tal qual estão registradas nos questionários:

P1: Atividades adaptadas que sigam a linha de raciocínio e cognitivo dos alunos.

P2: Importante a presenças de tutores. Tenho vários alunos autistas e tenho carinho especial por todos o que aumenta minha sensação de culpa por não conseguir dar a atenção devida. Seria interessante equipes que preparassem atividades diferenciadas, para cada criança e cada nível. Hoje em dia tem sido muito difícil não conseguir alcançar estas crianças como elas realmente merecem. Seria necessário salas de aulas equipadas com tvs, data show, materiais diversos com inúmeras possibilidades para executar uma aula excelente para estas crianças.

P3: Leitura de figuras, discussões orais.

P4: O mais importante seria formação aos professores da sala regular para que os mesmos possam organizar e preparar atividades adaptativas.

P5: Cada estudante com TEA apresenta uma particularidade, o primeiro passo é a observação. Perceber quais habilidades e competências o aluno já possui e quais outras podemos desenvolver, a partir dessa observação, podemos utilizar história em quadrinhos, figuras, aula mais lúdica, desenhos, música, etc.

As respostas do quarto questionamento ratificam que cada participante reconhece o TEA como uma realidade que exige do educador adaptação de atividade, auxílio de tutores, salas de aula adaptadas e formação continuada para os professores da sala de aula regular. Ou seja, mesmo sem a formação continuada sobre a temática, mediante as experiências em sala de aula, as professoras conseguiram pontuar estratégias e metodologias que podem ser trabalhadas em sala de aula regular com esse alunado, o que pode tornar mais efetivo as propostas dos livros didáticos no processo ensino-aprendizagem.

Sobre esses posicionamentos, destaca-se: adaptação das atividades, mas, para tal, é necessário professores preparados a partir de formação continuada, munidos de conhecimento sobre as necessidades educacionais específicas desse público; conhecimento sobre quais atendimentos educacionais especializados podem ser ofertados simultaneamente ao ensino regular e quais as estratégias para responder de

forma efetiva as necessidades educacionais específicas do TEA (SANTOS; 2022; SILVA, 2012; SILVA, 2019).

Em relação ao quinto questionamento, sobre se as professoras conhecem o Plano Educacional Individualizado – PEI e se fazem uso dessa ferramenta em sala de aula, quatro participantes responderam que sim, e apenas uma respondeu que não conhece e não utiliza. Acerca de quem constrói o PEI na instituição, duas professoras responderam que somente a professora do AEE; uma professora respondeu que a construção ocorre mediante a ação conjunta da própria professora, da família, da coordenação da escola e da professora do AEE; e duas responderam que não existe essa construção.

As respostas dos questionamentos cinco e seis apresentam contrariedades em seus resultados, tendo em vista que todas as cinco participantes trabalham na mesma instituição. Assim, compreende-se que das cinco professoras, somente três trabalham com a aplicação do PEI em sala de aula regular, e destas, apenas uma realmente faz parte de forma efetiva da construção desse instrumento educativo.

Sobre a construção do PEI, compreende-se que essa ação deve ser realizada em colaboração entre os profissionais escolares e extraescolares, além dos pais e responsáveis pelo aluno, e, quando possível, o próprio aluno. É uma ação pedagógica que exige continuidade, flexibilidade e dialogicidade, porque cada integrante é fundamental em sua perspectiva e contribuição sobre a progressão do aluno com TEA (BARBOSA; CARVALHO, 2019).

Sobre a sétima pergunta, questionou-se quais as maiores dificuldades em relação a construção e efetivação do PEI nas salas de aula regulares. Duas professoras responderam que é a falta de recursos; duas contestaram a ausência dos pais durante o processo de construção e efetivação; e uma respondeu a falta de formação e treinamentos para os profissionais.

O último questionamento indagou sobre o que poderia ser feito para superar os desafios enfrentados durante o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes com TEA para que de fato aconteça a inclusão nas atividades pedagógicas estruturadas e garantidas na legislação educacional. Para maior confiabilidade dos dados, explicita-se as respostas tal qual registradas:

P1: Os professores se interessarem em fazer primeiramente, a família se tornar mais presente na escola e ter planejamento.

P2: Importante a presenças de tutores. Tenho vários alunos autistas e tenho carinho especial por todos o que aumenta minha sensação de culpa por não conseguir dar a atenção devida. Seria interessante equipes que preparassem atividades diferenciadas, para cada criança e cada nível. Hoje em dia tem sido muito difícil não conseguir alcançar estas crianças como elas realmente merecem. Seria necessário salas de aulas equipadas com tvs, data show, materiais diversos com inúmeras possibilidades para executar uma aula excelente para estas crianças. Sinto-me de mãos atadas nesta área, não por falta de formação, mas por falta de apoio. O professor sozinho em sala de aula, não consegue fazer um trabalho de excelência. Preparar atividade e um plano individual SOZINHA, requer apoio e ajuda de pessoas preparadas para tal. Veja bem, cada ser tem sua individualidade. O justo seria fazer atividades para cada um, mas às vezes caímos nessa de fazer uma atividade única e sempre vai ter um aluno que vai se sentir excluído ao ver que a atividade é simples demais. O professor de ensino fundamental que às vezes possui mais de 700 alunos no total, dificilmente conseguirá alcançar cada aluno como realmente deveria, ainda mais sem ajuda e sem a presença de um tutor por aluno.

P3: Formação continuada dos profissionais da escola.

P4: Um dos maiores desafios da atualidade é proporcionar uma educação para todos, sem distinções, além de assegurar um trabalho educativo organizado e adaptado para atender às Necessidades Educacionais Especiais. Para inclusão é necessário que 1) Conhecer e estudar as características comuns às pessoas com autismo; 2) Definir a forma de atendimento educacional a ser ofertado, concomitantemente com a turma comum e 3) Desenvolver estratégias adequadas de atuação pedagógica em sala de aula, respondendo às necessidades educacionais especiais de alunos com autismo.

P5: Para que de fato aconteça a inclusão dos alunos com deficiência e transtornos dentro da sala regular é necessário um ambiente adequado, profissionais especialistas, recursos didáticos etc.

Ressalta-se ainda que as próprias professoras reconheceram a necessidade dos educadores em demonstrar interesse quanto à formação continuada. Além disso, pontua-se que para alcançar a inclusão de alunos com TEA na sala de aula regular é necessário salas de aula equipadas e adaptadas; a participação da família na escola e no planejamento; a presença de tutores e profissionais especializados (BRASIL, 2012).

Os dados revelam que mesmo sem formação continuada e preparo especializado, as professoras construíram experiências significativas tendo em vista que elencaram elementos essenciais para tornar a inclusão efetiva de seus alunos com TEA, mas também apresentaram carência de apoio educacional especializado na sala de aula regular e o quanto isso prejudica o processo ensino-aprendizagem do alunado com TEA, deixando-os à margem do ensino, como bem pontuou P2 sobre a sensação

de culpa que sente por não conseguir atender de forma efetiva cada aluno com TEA, pois está sozinha e sem apoio, além de ter os demais alunos em sala de aula.

Tanto a presença da família do aluno com TEA, quanto de tutores e profissionais especializados em sala de aula para apoio da educação desses alunos e de seus professores regulares são previstos na legislação nacional (BRASIL, 2012; 2014). No entanto, percebe-se que essas garantias estão longe da realidade da educação brasileira. Isso também é perceptível na construção do PEI, ainda que a maioria das professoras tenha respondido que conhece o Plano e o aplica em sala de aula regular.

Identifica-se isso na construção desse instrumento, pois somente uma professora descreveu a construção do PEI como atividade de uma equipe colaborativa: a professora da sala de aula regular, a professora do AEE, a direção da escola e a família do aluno. É o que Santos (2022) aponta como elementos essenciais na construção do PEI: a dialogicidade e colaboratividade entre todos os responsáveis por esse aluno.

Sobre isso, conclui-se que a falta de recursos educacionais, a ausência da família, a falta de formação e treinamento são circunstâncias que têm afetado o processo ensino-aprendizagem dos alunos com TEA no ensino fundamental na escola em que foi realizada a pesquisa.

Ainda assim, tais elementos também evidenciam por onde começar uma nova estratégia educacional visando a inclusão escolar desse alunado. Nessa perspectiva, esta pesquisa contribui não apenas identificando as dificuldades e barreiras da inclusão de alunos com TEA, mas evidenciando as mudanças urgentes e necessárias para a efetivação da inclusão desses estudantes no ensino fundamental, a fim de que seja assegurado a continuidade exitosa dos seus estudos nos demais níveis educacionais.

Explicitados os resultados obtidos e categorizados os dados a partir da apresentação do perfil das participantes e respostas dos oito questionamentos, mediante a construção da discussão do que se obteve em campo e da fundamentação teórica desta pesquisa, apresenta-se, na próxima seção, as pontuações finais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a finalidade de identificar as principais dificuldades enfrentadas na implementação do Plano Educacional Individualizado - PEI no processo de ensino-aprendizagem de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino fundamental de uma escola municipal de São Luís, Maranhão, desenvolveu-se uma pesquisa de campo com abordagem qualitativa.

Dessa forma, especificamente, objetivou-se conceituar o PEI como ferramenta de apoio para o desenvolvimento educacional do aluno com TEA. Segundo o Projeto de Lei nº 5.093 de 2020 (FIGUEIREDO, 2020), o PEI é o instrumento educacional que contém todos os esforços pedagógicos em prol de uma aprendizagem efetiva dos estudantes com TEA. Ou seja, o PEI é simultaneamente um instrumento legal e uma ação pedagógica que contribui para a eliminação de barreiras na aprendizagem, possibilitando assim a inclusão do estudante e seu desenvolvimento exitoso na escola.

Por essa razão, é uma ação que não pode ser desenvolvida somente pelo professor da sala de aula regular ou somente pelo professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE), pois é uma ação colaborativa que exige dialogicidade (SANTOS, 2022). Assim, a construção do PEI deve envolver o professor da sala de aula regular, do AEE, a direção da escola, a família do aluno e, quando possível, o próprio aluno e profissionais extraescolares.

Além disso, buscou-se descrever os principais desafios enfrentados na aplicação do PEI no processo ensino-aprendizagem de alunos com TEA. Para tal, participaram desta pesquisa cinco professoras atuantes do 6º ao 9º ano de uma escola pública da capital. Como desafios, as professoras destacaram: falta de recursos; ausência dos pais e responsáveis no planejamento e efetivação do PEI; falta de formação continuada para os professores em relação aos alunos com TEA, o que dificulta também a adaptação das atividades para desenvolver uma aula excelente.

Nesse aspecto, destaca-se que apenas uma das três professoras que conhecem e aplicam o PEI em sala de aula, participa da construção do Planejamento junto a uma equipe composta pela professora do AEE, da família e da coordenação da

escola. As outras duas apenas pontuaram que o PEI é construído pela professora do AEE, o que evidencia a provável causa dos crescentes desafios em sala de aula regular, tendo em vista a ausência de diálogo e colaboração entre todos os responsáveis pelo aluno com TEA.

Dado ainda mais alarmante, pois duas professoras pontuaram que a construção do PEI não existe. Se não existe, ele não é aplicado. Se não é aplicado, acredita-se que as necessidades educacionais específicas do aluno com TEA provavelmente estão sendo negligenciadas continuamente.

Por fim, também buscou-se apresentar estratégias que busquem aprimorar a aprendizagem do estudante com TEA tendo em vista superar as dificuldades inerentes a esse processo. Em primeiro lugar, cita-se que as professoras pontuaram a necessidade de interesse dos próprios professores da sala de aula regular em querer conhecer mais sobre o universo do TEA.

Nesse ponto, é relevante destacar que as práticas pedagógicas precisam ser realimentadas em todo o tempo para que sejam mais inclusivas e efetivas, por isso novos conceitos de aprendizagem precisam ser construídos de forma contínua. Para que o PEI seja efetivo é preciso preparação e conhecimento sobre a sua construção e aplicação, ou seja, a compreensão dessa metodologia pedagógica.

A participação da família também é fundamental na efetivação do PEI, visto que a Educação é dever da família (BRASIL, 1996), sendo ela a principal fonte de informações sobre o aluno e o apoio dentro e fora da escola para que o seu desenvolvimento seja exitoso. Esse apoio familiar também se estende ao professor.

Segundo os depoimentos, conseguir atender de forma individualizada os alunos com TEA e os demais em sala de aula, é uma tarefa exaustiva somente para o professor, tendo em vista as outras salas de aula que também atende. Por isso, a presença do tutor se torna urgente para que as atividades individualizadas façam parte do processo ensino-aprendizagem do aluno com TEA.

Dessa forma, o interesse pessoal do professor, a formação continuada, o apoio da escola, da família, salas de aulas adaptadas e com mobiliário para a diversificação do ensino são estratégias, metodologias e recursos essenciais para o aprimoramento da aprendizagem do aluno com TEA.

Conforme Bassi, Brito e Neres (2020), a organização pedagógica precisa ir além de somente tentar, é essencial a formação continuada para realizar uma abordagem reflexiva sobre a aprendizagem e quais ações tomar em cada caso. Nesse contexto, o PEI é a alternativa que possibilita ao aluno com TEA a melhor condição de acesso ao currículo no ensino regular.

Compreende-se que a escola contemporânea precisa se reinventar a fim de alcançar as mudanças para a inclusão de todos. Assim ela estará preparada e capacitada para receber, atender e incluir a heterogeneidade que a constitui, principalmente nos tempos atuais, nos quais a intolerância, o desrespeito e o preconceito são forças ainda vigentes em sociedade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marina. Neurotípico e Neurodiversidade. **Instituto Inclusão Brasil**. 2021. Disponível em: <https://institutoinclusaobrasil.com.br/neurotipico-e-neurodiversidade/>. Acesso em 5 set. 2023.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **DSM-5**: manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www.institutopebioetica.com.br/documentos/manual-diagnostico-e-estatistico-de-transtornos-mentais-dsm-5.pdf>. Acesso em: 5 set. 2023.

BARBOSA, Vânia Benvenuti. CARVALHO, Marcos Pavani de. **Conhecimentos necessários para elaborar o Plano Educacional Individualizado – PEI**. Rio Pomba: PROFEPT, 2019. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/570204/2/Produto%20Educacional.pdf>. Acesso em: 1 set. 2023.

BASSI, T. M. dos S.; BRITO, V. M de; NERES, C. C. O plano educacional individualizado e a escolarização dos alunos com deficiência intelectual: políticas e práticas. **RPGE – Revista online de Política e Gestão Educacional**. Araraquara, v. 24, n. esp. 02, p. 1015-1034, set. 2020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/14329/9799>. Acesso em: 23 abr. 2023.

Brasil pode ter 6 milhões de autistas: entenda o porquê. **Jornalista Inclusivo**, 2023. Disponível em: <https://jornalistainclusivo.com/brasil-pode-ter-6-milhoes-de-autistas-entenda-o-porque/>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 set. 2001. Seção 1E, p. 39-40. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www.institutopebioetica.com.br/documentos/manual-diagnostico-e-estatistico-de-transtornos-mentais-dsm-5.pdf>.

extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfndmkaj/http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf. Acesso em: 2 set. 2023.

BRASIL. Decreto nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014. Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 dez. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8368.htm. Acesso em: 2 set. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em: 1 set. 2023.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 dez. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 1 set. 2023.

BRASIL. Ministério de Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva05122014&Itemid=30192. Acesso em: 1 set. 2023.

COSTA, Daniel da Silva; SCHMIDT, Carlo. Plano Educacional Individualizado para Estudantes com Autismo: revisão conceitual. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 61, p. 102-128, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/caduc/article/view/12616>. Acesso em: 6 set. 2023.

FIGUEIREDO, André. **Projeto de Lei nº 5.093, de 2020**. Dispõe sobre o sistema educacional inclusivo. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2020. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfndmkaj/https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1967660. Acesso em: 3 set. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

SANTOS, Sabrina Brito dos. **Plano Educacional Individualizado (PEI) no processo de ensino e aprendizagem de alunos com Autismo**. 2022. 20f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura em Pedagogia) - Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos, Brasília, 2022. Disponível em: chrome-

extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfndmkaj/https://dspace.uniceplac.edu.br/bitstream/123456789/2260/1/Sabrina%20Brito%20dos%20Santos.pdf. Acesso em: 3 set. 2023.

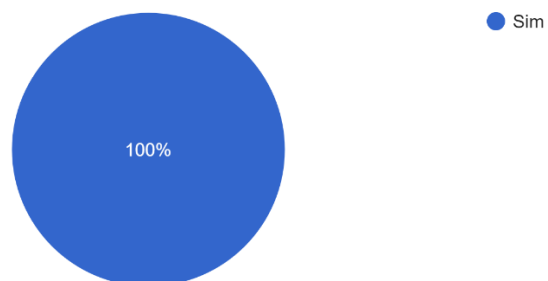
SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Mundo singular**: entenda o autismo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SILVA, Gabriela Maia da. A inclusão de autista nas salas de aulas normais: desafios e possíveis maneiras de vencê-los. **Revista Caparaó**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. e6, 2019. Disponível em: <https://revistacaparao.org/caparao/article/view/6>. Acesso em: 4 set. 2023.

APÊNDICE A – RESULTADOS OBTIDOS MEDIANTE APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

ACEITO OS TERMOS E CONDIÇÕES ACIMA MENCIONADOS?

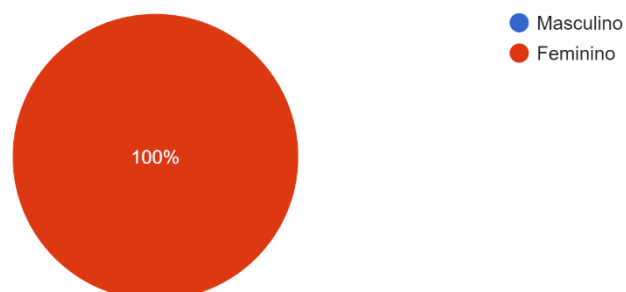
5 respostas



IDENTIFICAÇÃO

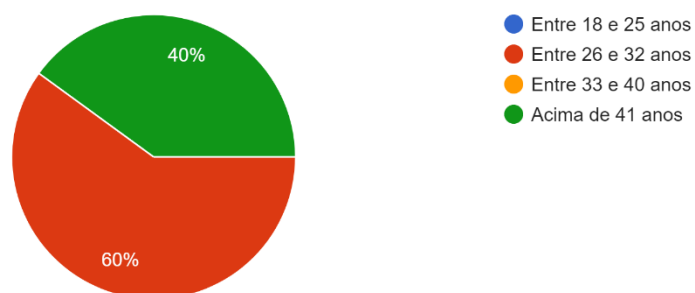
Sexo:

5 respostas



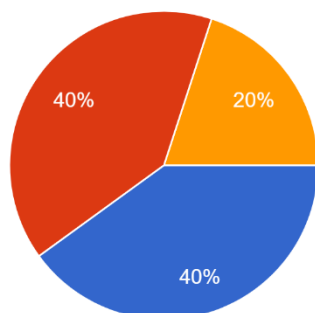
Idade:

5 respostas



Área de formação:

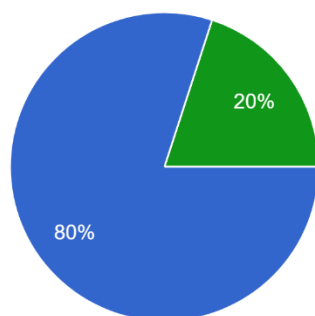
5 respostas



- Pedagogia
- Letras
- Magistério

Área de Atuação:

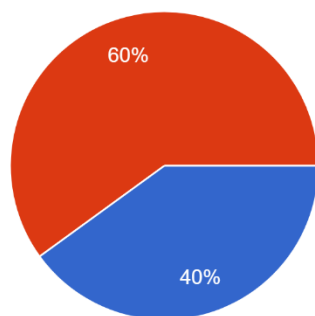
5 respostas



- Professor(a)
- Coordenador(a)
- Gestor(a)
- Professor(a) de AEE

Quanto tempo atua em sala de aula:

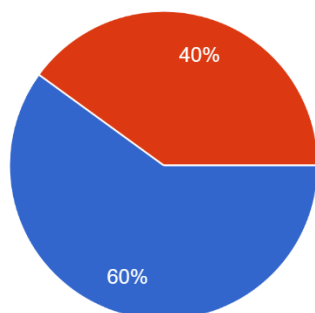
5 respostas



- Menos de 10 anos
- Acima de 10 anos

Outra formação:

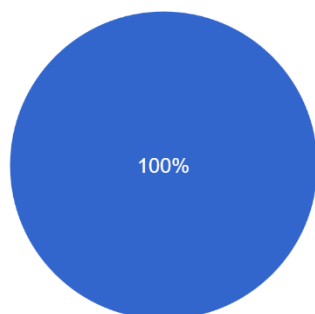
5 respostas



- Sim
- Não
- Em formação
- Outra opção (especificar)

1. Você conhece o Transtorno do Espectro Autista?

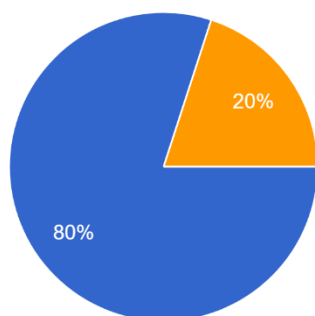
5 respostas



- Sim
- Não
- Muito pouco

2. Tem alguma experiência com o autismo em salas comuns do ensino regular?

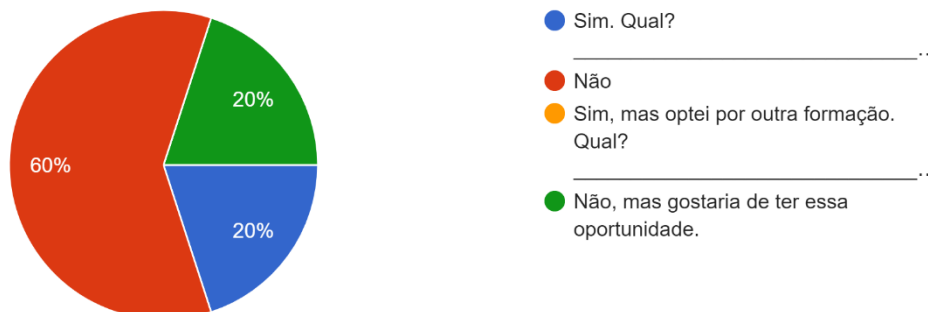
5 respostas



- Sim
- Não
- Estou tendo esse ano

3. Você já recebeu ou recebe possibilidades por meio da gestão e Secretaria da Educação a oportunidade de fazer uma formação continuada no segmento de Transtornos da Aprendizagem?

5 respostas



4. Que instrumentos e metodologias você percebe que podem ser desenvolvidas para incluir os estudantes com TEA (Transtorno do Espectro Autista) nas atividades propostas dos livros didáticos trabalhados em sala de aula?

P1: *Atividades adaptadas que sigam a linha de raciocínio e cognitivo dos alunos.*

P2: *Importante a presenças de tutores. Tenho vários alunos autistas e tenho carinho especial por todos o que aumenta minha sensação de culpa por não conseguir dar a atenção devida. Seria interessante equipes que preparassem atividades diferenciadas, para cada criança e cada nível. Hoje em dia tem sido muito difícil não conseguir alcançar estas crianças como elas realmente merecem. Seria necessário salas de aulas equipadas com tvs, data show, materiais diversos com inúmeras possibilidades para executar uma aula excelente para estas crianças.*

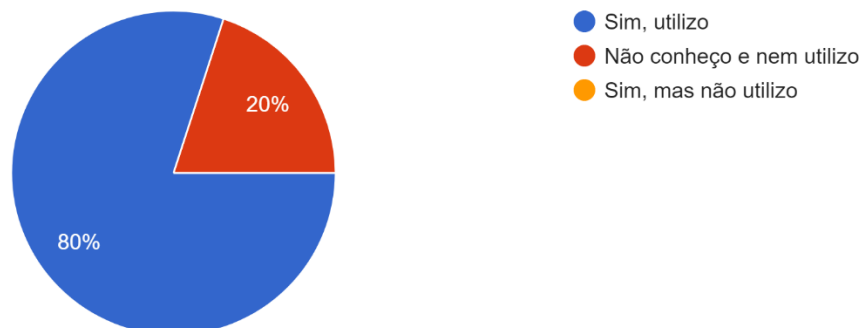
P3: *Leitura de figuras, discussões orais.*

P4: *O mais importante seria formação aos professores da sala regular para que os mesmos possam organizar e preparar atividades adaptativas.*

P5: *Cada estudante com TEA apresenta uma particularidade, o primeiro passo é a observação. Perceber quais habilidades e competências o aluno já possui e quais outras podemos desenvolver, a partir dessa observação, podemos utilizar história em quadrinhos, figuras, aula mais lúdica, desenhos, música, etc.*

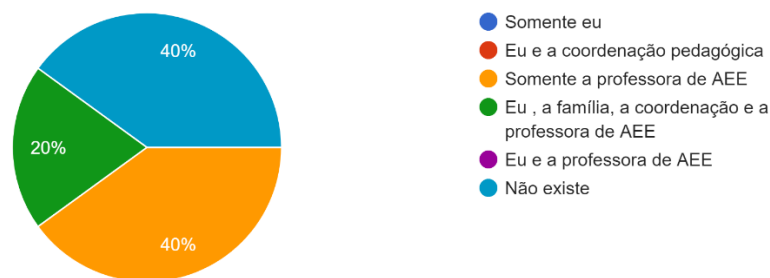
5. Você conhece o Plano Educacional Individualizado (PEI) e faz uso dessa ferramenta em sala de aula?

5 respostas

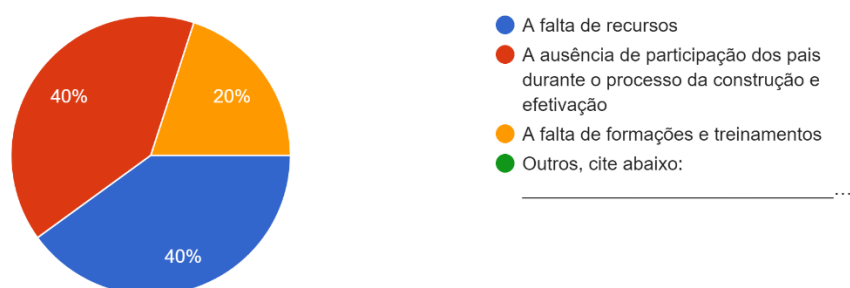


6. Quem constrói o PEI na escola que você ensina?

5 respostas



7. O que mais dificulta à construção e efetivação do PEI nas salas comuns do ensino regular?



8. Na sua percepção, o que poderia ser feito para superar os desafios enfrentados durante o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes com autismo para que de fato aconteça a inclusão nas atividades pedagógicas estruturadas e garantidas em leis educacionais?

P1: Os professores se interessarem em fazer primeiramente, a família se tornar mais presente na escola e ter planejamento.

P2: Importante a presenças de tutores. Tenho vários alunos autistas e tenho carinho especial por todos o que aumenta minha sensação de culpa por não conseguir dar a atenção devida. Seria interessante equipes que preparassem atividades diferenciadas, para cada criança e cada nível. Hoje em dia tem sido muito difícil não conseguir alcançar estas crianças como elas realmente merecem. Seria necessário salas de aulas equipadas com tvs, datas how, materiais diversos com inúmeras possibilidades para executar uma aula excelente para estava crianças. Sinto-me de mãos atadas nesta área, não por falta de formação, mas por falta de apoio. O professor sozinho em sala de aula, não consegue fazer um trabalho de excelência. Preparar atividade e um plano individual SOZINHA, requer apoio e ajuda de pessoas preparadas para tal. Veja bem, cada ser tem sua individualidade. O justo seria fazer atividades para cada um, mas às vezes caímos nessa de fazer uma atividade única e sempre vai ter um aluno que vai se sentir excluído ao ver que a atividade é simples demais. O professor de ensino fundamental que às vezes possui mais de 700 alunos no total, dificilmente conseguirá alcançar cada aluno como realmente deveria, ainda mais sem ajuda e sem apresenta de um tutor por aluno.

P3: Formação continuada dos profissionais da escola.

P4: Um dos maiores desafios da atualidade é proporcionar uma educação para todos, sem distinções, além de assegurar um trabalho educativo organizado e adaptado para atender às Necessidades Educacionais Especiais. Para inclusão é necessário que 1) Conhecer e estudar as características comuns às pessoas com autismo; 2) Definir a forma de atendimento educacional a ser ofertado, concomitantemente com a turma comum e 3) Desenvolver estratégias adequadas de atuação pedagógica em sala de aula, respondendo às necessidades educacionais especiais de alunos com autismo.

P5: Para que de fato aconteça a inclusão dos alunos com deficiência e transtornos dentro da sala regular é necessário um ambiente adequado, profissionais especialistas, recursos didáticos etc.

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) e participar na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa intitulado(a) **Os Desafios da Implementação do PEI para a aprendizagem dos estudantes com TEA no Ensino fundamental em uma escola municipal de São Luís-MA** . desenvolvida(o) por LucieneBezerraAzevedo. Fui informado(a), ainda, de que a pesquisa é orientada pela professora Ma.Wendla Mendes Silva Borges, da FACULDADE LABORO. E que poderei contatar ou consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº(98) 98858 9678 ou e-mail luciene0115@aluno.laboro.edu.br . Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa.

Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é "Identificar as principais dificuldades enfrentadas na implementação do Plano Educacional Individualizado (PEI), destinado ao aprimoramento da aprendizagem dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino fundamental I, em uma escola municipal de São Luís/MA."

Fui também esclarecido(a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde. Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de aplicação de questionário que deverá ser aplicado a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo(a) pesquisador(a) e/ou seu(s) co-pesquisador(es). Fui ainda informado(a) de que posso me retirar desse(a) estudo/pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Local:, de ..Agosto de 2023.

Assinatura Participante:

.....

Assinatura do(a) Entrevistador (a)

.....